



Vila Real Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252C4-054-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores**Independentes Ltda.**

Rua Juiz de Fora, 1.406 - 6ª andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Vila Real Energia S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vila Real Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vila Real Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório sem modificação datado em 29 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Vila Real Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	42	73	9.367	15.152
Contas a receber	6	-	-	3.687	4.325
Impostos a recuperar	7	142	139	161	144
Partes relacionadas	19	-	-	95	-
Adiantamentos concedidos	8	-	-	2.774	375
Outros ativos	9	-	13	510	511
Total do ativo circulante		184	225	16.594	20.507
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	19	30	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	82	29
		30	-	82	29
Investimentos	10	109.466	118.469	-	-
Imobilizado	11	-	105	117.128	118.833
Intangível	12	-	-	3.598	3.962
		109.466	118.574	120.726	122.795
Total do ativo não circulante		109.496	118.574	120.808	122.824
Total do ativo		109.680	118.799	137.402	143.331

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	13	13	-	4.977	1.043
Obrigações sociais	15	-	-	379	347
Obrigações tributárias	14	-	-	1.399	680
Partes relacionadas	19	-	-	312	-
Total do passivo circulante		13	-	7.067	2.070
Passivo não circulante					
Provisões para riscos	16	-	-	137	68
Partes relacionadas	19	-	-	17	-
Tributos diferidos	17	-	-	20.514	22.394
Total do passivo não circulante		-	-	20.668	22.462
Patrimônio líquido					
Capital social	18.1	9.531	9.531	9.531	9.531
Reserva legal	18.2	1.906	1.906	1.906	1.906
Reservas de lucros	18.3	98.230	107.362	98.230	107.362
Total do patrimônio líquido		109.667	118.799	109.667	118.799
Total do passivo e patrimônio líquido		109.680	118.799	137.402	143.331

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	-	-	37.829	49.345
Custos da energia gerada	22	-	-	(20.985)	(10.575)
Lucro bruto		-	-	16.844	38.770
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(136)	(20)	(7.489)	(4.843)
Outras receitas (despesas)	24	-	(3.697)	6.094	(3.435)
Resultado mais Valia	10	(5.286)	(4.472)	(5.286)	(4.472)
Resultado equivalência patrimonial	10	14.486	34.101	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		9.064	25.912	10.163	26.020
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	5	51	1.442	2.294
Despesas financeiras	25	(1)	-	(11)	(19)
		4	51	1.431	2.275
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.068	25.963	11.594	28.295
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	3	(9)	(2.583)	(2.167)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	1.797	1.521	1.857	1.347
Lucro líquido do exercício		10.868	27.475	10.868	27.475
Lucro líquido por ação - R\$		1,14	2,88	1,14	2,88
Lucro líquido não controlador por ação - R\$				10,87	27,48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	10.868	27.475	10.868	27.475
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.868	27.475	10.868	27.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18	9.331	1.866	99.686	-	110.883
Aumento de capital social	18.1	200	-	(200)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.475	27.475
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(19.559)	-	(19.559)
Reserva legal	18.2	-	40	-	(40)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	27.435	(27.435)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18	9.531	1.906	107.362	-	118.799
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.868	10.868
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	10.868	(10.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18	9.531	1.906	98.230	-	109.667

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.068	25.963	11.594	28.295
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	11	-	-	9.477	8.474
Amortização	12	-	-	364	97
Resultado na venda de imobilizado	24	-	-	(6.153)	-
Resultado com distribuição desproporcional	10	-	3.695	-	-
Resultado equivalência patrimonial	10	(14.486)	(34.101)	-	-
Amortização mais valia	10	5.286	4.472	-	-
Baixa de ativo imobilizado	11	105	-	105	-
Extensão de outorga	22	-	-	-	(4.016)
Indenização por sinistro a receber	-	-	-	-	227
Provisão para riscos	16	-	-	69	-
Decrécimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber	6	-	-	638	79
Adiantamentos concedidos	8	-	-	(2.399)	(369)
Impostos a recuperar	7	(3)	18	(17)	20
Depósitos judiciais	-	-	-	(53)	-
Outros ativos	9	13	17	1	441
Dividendos recebidos	10	20.000	19.212	-	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores	13	13	-	3.934	(513)
Obrigações tributárias	14	-	-	696	37
Obrigações sociais	15	-	-	32	(3)
Partes relacionadas	19	(30)	(112)	234	(112)
Impostos pagos	26	3	(9)	(2.583)	(2.167)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.969	19.155	15.939	30.490
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Acrécimo do imobilizado	11	-	(38)	(12.035)	(3.874)
Acrécimo do intangível	12	-	-	-	(15)
Venda de imobilizado	24	-	-	10.311	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(38)	(1.724)	(3.889)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos	18.3	(20.000)	(19.559)	(20.000)	(19.559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.000)	(19.559)	(20.000)	(19.559)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(31)	(442)	(5.785)	7.042
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	5	73	515	15.152	8.110
No final do exercício	5	42	73	9.367	15.152
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(31)	(442)	(5.785)	7.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vila Real Energia S.A. (“Companhia”, e em conjunto com sua controlada “Grupo”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social **(i)** a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; **(ii)** a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; **(iii)** a participação em outras Empresas como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; **(iv)** a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; **(v)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Vila Real Energia S.A., em 02 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard Energética Ltda. (“Maynard” ou “Controlada”), mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

A Maynard comercializa energia elétrica, vendida no mercado livre, por meio das suas hidrelétricas PCH Fumaça, de 10MW e PCH Furquim de 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos das autorizações vigentes. As CGH Caboclo de 4,42MW, CGH Funil de 4,23MW, CGH Prazeres de 3,76MW e CGH Salto de 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com o direito vitalício a exploração.

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os valores apresentados estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

a) Base de consolidação

- **Demonstrações contábeis consolidadas**

A Vila Real Energias S.A. incluem em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- **Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- i) O valor da contraprestação transferida, mais;
- ii) O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida, mais;
- iii) Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- iv) O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

- **Aquisição de participação de acionistas não controladores**

É registrado como transações entre acionistas. Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez, sem riscos significativos de mercado, e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, analisa-se a necessidade de registro das Perdas Estimativa com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo incluindo, quando qualificáveis, os custos com os empréstimos e financiamentos utilizados para financiar a sua construção. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pelo controlada:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,80%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,80%
Estruturas civis usinas	5,00%
Máquinas e equipamentos	6,70%
Equipamentos de informática	18,50%
Equipamentos geradores de energia	4,10%
Veículos	5,80%
Moveis e utensílios	9,00%

- **Mais valia em ativos imobilizados**

A realização da mais valia, está sendo realizada de forma linear de acordo com prazo de depreciação do ativo que lhe deu origem.

- **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

e) Intangível**• Custo do intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa no 12, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

• Repactuação do Risco Hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard), detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH's Furquim e Fumaça o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Com base na opinião dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia nenhum montante a ser reconhecido ou divulgado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- i)** identificação do contrato com o cliente;
- ii)** identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- iii)** determinação do preço da transação;
- iv)** alocação do preço da transação; e por fim,
- v)** reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

i) Imposto de renda e contribuição social

A Controladora Vila Real Energias S.A., é optante pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real, e sua Controlada Maynart Energética Ltda. é optante da apuração pelo regime do lucro presumido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

• Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

• Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

j) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

• Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Empresa, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

k) Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de o Grupo exercer seu direito de adiar; e
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito do Grupo de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB (International Accounting Standards Board) emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11", que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no "Volume 11": As alterações em **IFRS 10** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Companhias ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis do Grupo.

1) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024.

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executáveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

Ausência de conversibilidade. O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; e
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações tem como objetivo:

- i)** esclarecer que um passivo financeiro é desconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desconhecimento;
- ii)** introduzir uma opção de política contábil para desconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv)** esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v)** exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativa e julgamentos

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado do Grupo nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- **Nota Explicativa nº 11** – mensuração da depreciação de ativos: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota Explicativa nº 11** – estimativas sobre perdas de ativos fixos: principais premissas na determinação do valor recuperável de ativos;
- **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento de passivos fiscais diferidos: aplicação dos conceitos de diferenças temporárias;
- **Nota Explicativa nº 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1	6	22	281
Aplicações financeiras	41	67	9.345	14.871
Total	42	73	9.367	15.152

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB – DI), com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 (100,0% do CDI em 2023).

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber consolidado é representando por energia comercializada em 31 de dezembro de 2024 pela controlada, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2025.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	3.687	4.325
Total	3.687	4.325

Cumpramos ressaltar que a empresa não constitui perdas, por ser um mercado regulado, não há expectativas de perdas na realização dos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar	-	18	-	18
IRPJ a compensar	141	105	141	105
CSLL a compensar	1	-	1	-
ICMS a recuperar	-	-	3	3
Outros impostos a recuperar	-	16	16	18
Total	142	139	161	144

8. Adiantamentos concedidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	2.770	372
Adiantamentos salariais	-	2
Adiantamentos para viagens	4	1
Total	2.774	375

9. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	-	13	510	511
Total	-	13	510	511

10. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Maynard Energética Ltda.	95.405	100.919
Mais Valia - Investimento Maynard Energética Ltda.	14.061	17.550
Total	109.466	118.469

A Vila Real tem participação de 99,9999% da Controlada Maynard, adquirida em 2015. A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

Maynard Energética Ltda.	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	110.226
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	34.101
(-) Realização de Mais Valia	(4.472)
(+) IRPJ e CSLL sobre mais valia	1.521
(-) Dividendos recebidos	(19.212)
(+ / -) Dividendo desproporcional *	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.469
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	14.486
(-) Realização de Mais Valia	(5.286)
(+) IRPJ e CSLL sobre mais valia	1.797
(-) Dividendos recebidos	(20.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109.466

* Dividendo desproporcional é registrado em outras receitas e despesas operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo contratou uma empresa para realizar a avaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis da Maynard Energética Ltda. a valor justo, quando de sua aquisição em fevereiro de 2015. O resultado do Laudo apresentou o valor justo líquido dos ativos de R\$147.665.

Os registros contábeis foram refletidos no valor do investimento na Maynard Energética Ltda. em R\$78.064, a título de Mais Valia, e no resultado do exercício de 2015 em R\$103.006, a título de Compra Vantajosa (R\$68.251 líquidos dos impostos diferidos que montaram R\$35.160).

A realização da mais valia e de seus impostos diferidos está sendo reconhecida proporcionalmente à realização dos ativos bens móveis e imóveis que lhe deram origem, ou seja, na proporção da depreciação correspondente. O efeito desta realização, apresentada no resultado de equivalência da Controladora em 2024 foi de R\$3.489 (R\$2.951 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$5.514 referente à depreciação de ativos imobilizados (R\$4.898 em 31 de dezembro de 2023), líquida de tributos diferidos no montante de R\$1.797 (R\$1.658 em 31 de dezembro de 2023).

No caso da mais valia proveniente da diferença de valor em terrenos, seus respectivos valores somente serão realizados quando o ativo correspondente for baixado por alienação ou perda parcial ou integral pela Controladora, ou quando da alienação do investimento ou do reconhecimento de perdas por parte do investidor ou controlador.

O quadro a seguir apresenta o saldo de investimento a partir do patrimônio líquido das investidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		
	Participação %	PL	Saldo de participação
Maynard Energética Ltda.	100%	95.405	95.405
Total		95.405	95.395

	31/12/2023		
	Participação %	PL	Saldo de participação
Maynard Energética Ltda.	100 %	100.919	100.919
Total	100%	100.919	100.919

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das coligadas estão apresentadas a seguir:

Empresa	31 de dezembro de 2023						
	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP das investidas diretas
Maynard Energética Ltda.	100%	103.562	2.643	100.919	34.101	100.919	34.101
Total investimento	100%	103.562	2.643	100.919	34.101	100.919	34.101

Empresa	31 de dezembro de 2024						
	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP das investidas diretas
Maynard Energética Ltda.	100%	103.037	7.632	95.405	14.486	95.405	14.486
Total investimento		103.037	7.632	95.405	14.486	95.405	14.486

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado**11.1. Movimentação do imobilizado**

Controladora	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67	67
Aquisições	38	38
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105	105
Baixas	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-

11.2. Movimentação do imobilizado - Consolidado

Custo	Reservatórios,			Equipamentos			Imobilizado					Direitos		Total	
	Terrenos / servidões	barragens e adutoras	Estruturas civis	geradores de energia	Edifício / benfeitorias	Equip. informática	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	em andamento	Equipamentos eletrônicos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos		Minerários - VOC
Saldo em															
31/12/2022	36.830	-	-	4.495	53.488	177	71.841	214	6.150	84	23	11	-	297	178.610
Aquisições	-	-	-	112	517	3	-	-	3.229	-	3	-	10	-	3.874
Transferências e reclassificações	-	-	-	479	-	-	2.053	-	(3.188)	-	-	656	-	-	-
Saldo em															
31/12/2023	36.830	-	-	5.086	59.005	180	73.894	214	6.191	84	26	667	10	297	182.484
Aquisições (ii)	-	-	-	-	-	2	-	-	12.033	-	-	-	-	-	12.035
Transferências e reclassificações	-	24.806	185	24.719	(18.364)	95	(23.508)	(214)	(6.971)	(84)	4	(667)	(2)	1	-
Baixa (i)	(4.158)	-	-	-	-	-	-	-	(105)	-	-	-	-	-	(4.263)
Saldo em															
31/12/2024	32.672	24.806	185	29.805	40.641	277	50.386	-	11.148	-	30	-	8	298	190.256
Depreciação acumulada															
Saldo em															
31/12/2022	-	-	-	(477)	(36.880)	(68)	(17.702)	(10)	-	(24)	(11)	(5)	-	-	(55.177)
Depreciação	-	-	-	(454)	(5.090)	(28)	(2.866)	(19)	-	(8)	(2)	(6)	(1)	-	(8.474)
Saldo em															
31/12/2023	-	-	-	(931)	(41.970)	(96)	(20.568)	(29)	-	(32)	(13)	(11)	(1)	-	(63.651)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Reservatórios,			Equipamentos			Imobilizado					Direitos		Total	
	Terrenos / servidões	barragens e adutoras	Estruturas civis	geradores de energia	Edifício / benfeitorias	Equip. informática	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	em andamento	Equipamentos eletrônicos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos		Minerários - VOC
Depreciação	-	(500)	(4)	(781)	(5.213)	(37)	(2.870)	(25)	-	(5)	(3)	(38)	(1)	-	(9.477)
Transferências e reclassificações	-	(9.857)	(65)	(8.505)	9.245	(43)	9.060	78	-	37	(1)	50	1	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(10.357)	(69)	(10.217)	(37.938)	(176)	(14.378)	24	-	-	(17)	1	(1)	-	(73.128)
Imobilizado, líquido 2023	36.830	-	-	4.155	17.035	84	53.326	185	6.191	52	13	656	9	297	118.833
Imobilizado, líquido 2024	32.672	14.449	116	19.588	2.703	101	36.008	24	11.148	-	13	1	7	298	117.128

(i) Em 2024, o Grupo concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(ii) No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

(iii) A composição do saldo de imobilizado em andamento é devido a construção da usina de BRC na controlada. Ao final da obra, o saldo da rubrica será destinado a devida classificação do ativo imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

A movimentação do intangível nas demonstrações contábeis consolidadas está demonstrada abaixo:

Custo	Softwares	Direito de extensão concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45	-	45
Aquisições	15	4.016	4.031
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60	4.016	4.076
Aquisições	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60	4.016	4.076
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17)	-	(17)
Amortização anual	(9)	(88)	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(26)	(88)	(114)
Amortização anual	(10)	(354)	(364)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(36)	(442)	(478)
Intangível, líquido 2023	34	3.928	3.962
Intangível, líquido 2024	24	3.574	3.598

(i) Repactuação do risco hidrológico

Em Reunião de Sócios Quotistas da Controlada, realizada no dia 05 de outubro de 2021, as Sócias Quotistas ratificaram a adesão das PCH's Furquim e Fumaça detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 13.203/2015, conforme alterada pela Lei nº 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei nº 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até sete anos, sendo que, especificamente no caso da sociedade, as PCH's Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis ao acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708 milhões respectivamente, definida e disponibilizada pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da ANEEL, que se materializou mediante a expedição da Resolução Autorizativa nº 14.896 de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, em 2023 foi reconhecido ativo intangível sob rubrica "Direito de Extensão da Concessão", correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica "Repactuação de risco hidrológico" na demonstração do resultado, no montante de R\$ 4.016 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.169 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	13	-	4.977	1.043
Total	13	-	4.977	1.043

O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base dezembro de 2024, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

14. Obrigações tributárias

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	855	274
CSLL a recolher	381	212
PIS a recolher	19	29
Cofins a recolher	87	134
ICMS Diferencial de alíquota	10	-
Tributos retidos na fonte	47	31
Total	1.399	680

15. Obrigações sociais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	118	90
Provisão de férias	135	137
FGTS a recolher	15	13
INSS a recolher	48	42
Provisão para encargos sobre férias	48	49
Outras obrigações sociais	15	16
Total	379	347

16. Provisões para riscos

O Grupo é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Trabalhistas	68	-	68
Total	68	-	68

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Trabalhistas	68	29	97
Cíveis	-	40	40
Total	68	69	137

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i)	40	21
Tributários	461	461
Trabalhistas	256	256
Ambientais (ii)	1.318	1.083
Total	2.075	1.821

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados. Não há processo individualmente relevante.

(ii) Trata-se de discussões na esfera administrativa, referente a auto de infrações, quanto a regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira – BRC em sua controlada Maynart.

17. Tributos diferidos

Os saldos da Controlada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.259	17.317	168	23.744
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(3.435)	(3.435)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(309)	(859)	-	(1.168)
Máquinas e Equip. (Realização)	(651)	(651)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(59)	(163)	-	(222)
Receita financeira não resgatada	519	519	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	47	130	-	177
Alíquota de PIS e Cofins sobre aplicações financeiras não resgatadas	-	-	0	
Tributos diferidos	-	-	-	-
Estorno tributos provisionados ano anterior	(48)	(64)	(168)	(280)
Receita não faturada	-	-	4.325	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	158	158
Imposto diferido sobre receita não faturada (Nota Explicativa nº 21)	48	73	-	121
Ajuste ao saldo inicial de tributos diferidos sobre mais-valia	(36)	(100)	-	(136)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.902	16.334	158	22.394

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.391)	(4.391)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	(1.493)
Máquinas e Equip. (Realização)	(895)	(895)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	(305)
Receita financeira não resgatada	(112)	(112)		
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(10)	(28)	-	(38)
Estorno tributos provisionados ano anterior	(47)	(63)	(158)	(268)
Receita não faturada			3.687	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	135	135
Imposto diferido sobre receita não faturada	38	51	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.407	14.972	135	20.514

18. Patrimônio líquido**18.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$9.531, dividido em 53.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionista	Ações	%
Itacolomi Participações S.A.	33.125	62,50%
Energética São Patrício S.A.	17.225	32,50%
NEC Operações e Participações Ltda.	2.650	5,00%
Total	53.000	100%

18.2. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

18.3. Distribuição de dividendos

No estatuto social de 03 de junho de 2015 foi definido a fixação dos dividendos obrigatórios em 90% do lucro contábil apurado em cada exercício, desde que haja caixa disponível para tanto.

Em 25 de março de 2024 e 21 de junho de 2024, foram instaladas AGE's que deliberaram, sem quaisquer objeções, pela distribuição de dividendos nos montantes totais de R\$ 9.000, e R\$11.000, respectivamente e totalizando R\$ 20.000 durante o exercício de 2024 (R\$ 19.559 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	95	-
Total	-	-	95	-
Ativo não circulante				
Maynart Energetica Ltda.	30	-	-	-
Total	30	-	-	-
Passivo circulante				
NEC Energia Participações S.A.	-	-	302	-
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	10	-
Total	-	-	312	-
Passivo não circulante				
NEC Energia Participações S.A.	-	-	17	-
Total	-	-	17	-
Rateio de despesas administrativas				
NEC Energia Participações SA.	-	-	(6.419)	(3.144)
Total	-	-	(6.419)	(3.144)

20. Renuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	35.575	46.900
Receita não faturada	3.687	4.325
Receita bruta	39.262	51.225
(-) ICMS	-	(11)
(-) PIS	(259)	(333)
(-) Cofins	(1.197)	(1.539)
(-) Impostos sobre receita não faturada	23	3
Deduções	(1.433)	(1.880)
Receita operacional líquida	37.829	49.345

O preço da energia elétrica no Brasil caiu em 2024 devido a fatores como a redução do preço do polisilício e a melhoria das condições hidrológicas. A melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, levou a uma redução nos preços da energia elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduziu a bandeira tarifária para a amarela a partir de novembro, o que aliviou os custos para os consumidores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custos da energia gerada

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (i)	(8.026)	(364)
Manutenção de usinas	(3.356)	(5.732)
Custo com depreciação e amortização	(4.556)	(4.099)
Custo com pessoal	(2.385)	(2.543)
Encargos de uso da rede elétrica	(406)	(324)
Liquidação financeira CCEE	(78)	(320)
Serviços de telecomunicação	(78)	(65)
Outros custos	(2.100)	(1.144)
Direito de extensão de outorga (b)	-	4.016
Total	(20.985)	(10.575)

(i) O aumento da rubrica de compra de energia elétrica em 2024 ocorreu devido a necessidade de adquirir um volume maior de energia em comparação com 2023, devido às projeções do fator de ajuste do MRE (GSF) da CCEE. Em 2023, os preços da energia elétrica atingiram níveis elevados devido à seca severa e à consequente dependência da geração térmica, que possui custos mais altos. No entanto, em 2024, diversos fatores contribuíram para a redução dos preços, permitindo um ajuste nos valores praticados.

Um dos principais fatores foi a melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, que ampliou a oferta de energia hidrelétrica, reduzindo a necessidade de geração térmica mais cara. Essa mudança resultou em uma queda nos preços do mercado à vista, impactando também os contratos de médio e longo prazo.

Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduziu a bandeira tarifária para amarela a partir de novembro, proporcionando alívio nos custos para os consumidores. Outro fator relevante foi a queda no preço do polisilício, insumo essencial para a produção de painéis solares, o que reduziu os custos da geração fotovoltaica e contribuiu para a queda geral dos preços de energia no país.

Diante desse cenário, a redução de preço reflete as melhores condições do mercado de energia em 2024, beneficiando tanto consumidores residenciais quanto industriais.

(b) Refere-se à repactuação do risco hidrológico, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9, item (i).

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	-	-	-	(14)
Rateio de despesas administrativas (a)	-	-	(6.419)	(3.144)
Serviços de terceiros	(59)	(17)	(829)	(1.409)
Utilidades e aluguéis administrativos	(74)	(3)	(110)	(159)
Gestão CCEE	-	-	-	(4)
Viagens	(3)	-	(48)	(30)
Aluguel de veículos	-	-	(8)	(3)
Outras	-	-	(75)	(80)
Total	(136)	(20)	(7.489)	(4.843)

(a) O rateio se trata de compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Venda de imobilizado (a)	-	-	10.311	-
Baixa de imobilizado	-	-	(4.158)	-
Serviço de consultoria	-	(2)	(59)	(2)
Resultado com distribuição desproporcional	-	(3.695)	-	(3.695)
Perda com sinistro	-	-	-	262
Total	-	(3.697)	6.094	(3.435)

(a) Em 2024, a Controlada concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	5	51	1.385	2.292
Outras receitas financeiras	-	-	57	2
Total	5	51	1.442	2.294
Despesas financeiras				
IOF	-	-	(6)	(6)
Juros e multa	-	-	-	(13)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(5)	-
Total	(1)	-	(11)	(19)
Resultado financeiro, líquido	4	51	1.431	2.275

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	2.586	2.158
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	(3)	9
Total	2.583	2.167

(a) Sociedades tributadas pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	39.901	51.312
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	3.192	4.105
Outras receitas	2.557	58
Rendimento de aplicações financeiras	1.504	1.711
Base de Cálculo - Lucro presumido	7.253	5.874
Alíquota de 15%	1.088	881
Adicional de 10%	702	563
IRPJ - Corrente	1.790	1.445

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	39.901	51.312
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	4.788	6.157
Outras receitas	2.557	58
Rendimento de aplicações financeiras	1.504	1.711
Base de Cálculo do IRPJ	8.849	7.926
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	796	713
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.586	2.158

(b) Sociedades tributadas pelo lucro real:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.068	25.963
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.486)	(34.101)
Mais Valia	5.286	(4.472)
Receita (despesa) nominal	(132)	-
Compensação de prejuízo (30%)	-	(8)
Receita (despesa) nominal ajustado	-	(12.618)
Imposto de Renda 15%	-	-
Imposto de Renda 10%	-	-
(-) PAT	-	-
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social 9%	-	-
Estorno exercício anterior	(3)	9
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3)	9

(c) Impostos diferidos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ Diferido	1.365	990
CSLL Diferido	492	357
Total	1.857	1.347

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	3.687	4.325
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	295	346
Alíquota de 15%	44	52
Adicional de 10%	5	11
IRPJ - Diferido	49	63
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	442	519

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	40	47
Imposto de renda e contribuição social - diferido	89	109
Estorno provisão ano anterior	(111)	(113)
IR e CSLL Diferido s/ Receita não faturada	(22)	(3)
IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita Financeira não resgatada	(38)	176
Amortização anual do imobilizado reavaliado	5.286	4.472
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Reavaliação de Imobilizado	1.797	1.521
IRPJ e CSLL Diferido do exercício	1.857	1.347

27. Cobertura de seguros**Seguro operacional**

Em 15 de dezembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinas, Móveis e utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as empresas co-seguradas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda; **(ii)** Brasil Energia Inteligente Ltda. (BEI); **(iii)** Geração de Energia Sul de Minas S.A. (GESM); **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda; **(v)** Costa Rica Energética Ltda; **(vi)** Energética Integrada Ltda. (CEI); **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda; **(xi)** Triade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente, **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecurável, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas co-seguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Brasil Energia Inteligente Ltda. (BEI); (iii) Geração de Energia Sul de Minas S.A. (GESM);
 (iv) Pacífico Mascarenhas Ltda; (v) Costa Rica Energética Ltda; (vi) Energética Integrada Ltda. (CEI);
 (vii) Areal Energias Renováveis Ltda; (viii) Maynart Energética Ltda; (ix) Energia Limpa Participações Ltda;
 (x) Rio Novo Energias Renováveis Ltda; (xi) Rio Preto Energias Renováveis Ltda; (xi) Triade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

28. Instrumentos financeiros**28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	42	73	9.367	15.152
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	3.687	4.325
Total		42	73	13.054	19.477
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	13	-	4.977	1.043
Total		13	-	4.977	1.043

28.2. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório; e
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposto ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

O Grupo detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e, cujo vencimento se dá em 12 de dezembro de 2034 e 26 de junho de 2035.

vii) Risco regulatório

As atividades do Grupo são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

viii) Risco socioambiental

O Grupo está sujeito a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.


O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

29. Eventos subsequentes

A Controladora e sua controlada adotam procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2024 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Romero Machado Ferreira

Diretor Presidente

CPF: 036.389.146-31

Adil Chenaf

Adil Chenaf

Diretor

CPF: 243.285.388-10

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * * * *